

ÉTICA NA TRADUÇÃO, FRUTO DE POSTURAS ESTÉTICAS E POLÍTICAS

Profa. Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira (UFJF)

A discussão da ética na tradução tem ocupado o discurso de vários estudiosos atualmente, sendo que o meu foco de interesse está no que Antoine Berman e Lawrence Venuti dizem a respeito, respectivamente em *A Prova do Estrangeiro: Cultura e Tradução na Alemanha Romântica* (1984, primeira edição francesa, e 2002, tradução brasileira), e *Escândalos da Tradução: Por uma Ética da Diferença* (1998, primeira edição em língua inglesa, e 2002, tradução brasileira). Pretendo ampliar as questões por eles levantadas a partir de considerações sobre conclusões a que chegaram alguns trabalhos que tenho orientado durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa que coordeno, intitulado “Traduções Literárias: Jogos de Poder entre Culturas Assimétricas”, que envolve a produção de monografias de conclusão do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução – Inglês e de dissertações do Mestrado em Letras – Teoria da Literatura da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O tipo de ética que Lawrence Venuti reivindica para o tradutor é anunciado no próprio título do livro em que ele discute esse assunto – é uma ética da diferença. É também essa ética – a da diferença – que é reivindicada por Antoine Berman, no livro que mencionei inicialmente. Esse tipo de ética intenta subverter a tendência de toda operação tradutória de se amoldar aos parâmetros ideológicos e poetológicos vigentes no contexto da tradução e de produzir, dessa forma, textos fluentes, transparentes e domesticantes, que provocam em seus leitores a sensação de estarem diante de materiais produzidos originalmente em suas línguas. A tradução que se orienta por uma ética da diferença, como postulada pelos dois estudiosos, não apaga as marcas da sua origem e coloca em xeque a estabilidade da crença na existência da superioridade de um texto sobre outro, de uma língua sobre outra, de uma literatura sobre outra, de uma cultura sobre outra.

As motivações que levaram Berman e Venuti a defenderem a ética da diferença apresentam pontos de contato e de afastamento. Primeiramente, ambos possuem um substrato epistemológico semelhante (pós-estruturalista, certamente), que sustenta a reivindicação de que o espaço de ação prática e discursiva, qualquer que seja ele, deva ser um espaço dialógico, no qual as vozes representativas de soberanias de várias ordens (ideológicas, religiosas, econômicas, políticas, culturais, lingüísticas e de gênero, por exemplo) e aquelas provenientes de contextos não-hegemônicos negociem sua inserção sem que percam sua identidade e seus sotaques. No entanto, enquanto Berman sustenta sua reivindicação a partir de estudos sobre a tradução tal como praticada e teorizada no contexto romântico germânico, Venuti a sustenta em função de suas conclusões acerca da prática e da teorização dessa atividade no contexto contemporâneo norte-americano, etnocêntrico por excelência. Nesses dois contextos, tanto a prática quanto a teorização tradutória guiaram-se por posturas antípodas. No cenário romântico germânico, a tradução foi praticada e defendida como uma atividade de expansão lingüística, responsável pela fundação de um espaço lingüístico próprio (BERMAN, 2002, p. 54) e orientada pela busca de uma fidelidade à letra, que abre a língua da tradução à estrangeiridade/estranheza da língua do original. Por outro lado, no cenário norte-americano contemporâneo, ela é uma atividade invisível, quase sempre não percebida como tal, pois os parâmetros que a norteiam pautam-se na busca de um texto tão fluente

quanto um texto escrito originalmente em língua inglesa – um texto domesticante, que produz em seus leitores a impressão de estarem transitando por um espaço lingüístico e cultural que lhes é próprio.

Um desdobramento do pensamento de Berman sobre a ética da tradução é apresentado e ratificado por Venuti em *Escândalos da Tradução*. Em texto posterior ao mencionado, Berman (1995) afirma que o tradutor domesticante, que não oculta a sua prática de apagamento da origem do texto traduzido, que o manipula com o propósito de confirmar prescrições do seu entorno, não pode, por esse motivo, ser considerado antiético. Assim, a ética da igualdade, quando assumida como tal, não é nem mais nem menos ética do que aquela da diferença. Todavia, enquanto a visibilidade da ética da diferença ocorre na cena da tradução, a da ética da igualdade deve ocorrer fora dela, em prefácios e notas, por exemplo.

Por outro lado, é importante que se enfatize o fato de que a construção de uma ética da tradução é condicionada por fatores de ordens espacial e temporal, de tal forma que a identidade cultural que surge ou que se perpetua a partir da utilização de procedimentos que caracterizem, respectivamente, um projeto ético de diferença ou de igualdade seria, nas palavras de Venuti, “crítica e contingente a um só tempo” (p. 160). A avaliação de um projeto tradutório, portanto, além de levar em conta os objetivos de seus idealizadores e realizadores, que podem ser ou não representados por uma só figura, a do tradutor, deve investigar os relacionamentos mantidos entre a cultura do original e a da tradução no momento em que tal projeto foi desencadeado.

O estudo da tradução tal como praticada no contexto brasileiro por escritores de renome oferece subsídios para que se possa discorrer sobre a existência de momentos em que a tradução orientou-se ora pela ética da diferença, ora pela da igualdade. Por outro lado, esse estudo também permite que se perceba que a ética da tradução, quando vista em um contexto que não apenas o literário, pode ser simultaneamente uma ética da diferença e da igualdade. Vejamos, pois, alguns casos, que, além de ampliarem a compreensão da prática tradutória no Brasil, iluminam parte da história do contexto no qual se encaixam.

A literatura e a crítica literária na América Latina têm encenado uma forma de abordagem de tradições estrangeiras que, de certa maneira, renunciaram àquela reivindicada no contexto crítico contemporâneo, informado pelas correntes de cunho pós-estruturalista, desconstrutivista, culturalista e pós-colonial. Essa abordagem pauta-se, basicamente, pela instauração de uma ética da diferença, que, por sua vez, instiga um diálogo multicultural em um espaço discursivo que não se constitui nem aquele que lhe é próprio e nem aquele que lhe é estrangeiro, que é o entre-lugar, sobre qual falou Silviano Santiago (1986).

No contexto brasileiro, o exemplo clássico da ética da diferença no espaço da tradução nos é fornecido por Haroldo de Campos. Não coincidentemente, Haroldo de Campos sedimenta tanto sua prática quanto sua teoria da tradução na concepção corrente no contexto germânico romântico de que a língua da tradução deve se abrir à língua do original, alargando-se em função de traduções que buscam a recuperação primordial da forma. Assim, não é aleatoriamente que ele incorpora ao seu discurso sobre a tradução que fez de parte do *Fausto*, de Goethe (CAMPOS, H. de, 1981), a citação que Benjamin, em seu ensaio seminal sobre tradução, tomou emprestada de Rudolph Pannwitz. No texto de Haroldo de Campos, essa concepção é expressa da seguinte forma: ao “invés de aporuguesar o alemão, germanizo o português, deliberadamente, para o fim de alargar-lhe as virtualidades criativas” (p. 194). A

expansão lingüística, nesse contexto, significa recuperar palavras há muito não utilizadas na língua e atualizar sentidos que haviam fenecido ao longo dos tempos. Assim é que, na reprodução da fala do Grifo na “Noite de Walpurgis” (Ato II, Cena II), as palavras em *gr-*, fundamentais para a construção do sentido do diálogo estabelecido por esse animal fabuloso, de cabeça de águia e garras de leão, com Mefistófeles, foram substituídas por palavras de sonoridade equivalente, tais como *gris* (cinzento), *grasso* (lerdo, pesado, crasso) e *grés* (arenito).

Entretanto, a peculiaridade da prática tradutória de Haroldo de Campos reside no fato de o mesmo servir-se apenas daquilo que, proveniente do contexto alienígena, lhe é essencial ao seu propósito, qual seja, o de reativar as tradições da língua da tradução a partir daquelas provenientes de contextos estrangeiros. Assim o fazendo, ele age antropofagicamente, inserindo-se em uma tradição de tradução – ou, mais amplamente, de leitura da tradição – que é cara ao seu contexto. Para exemplificar o que disse, retiro de “Transluciferação Mefistofáustica” a tradução oferecida por Haroldo de Campos para o “Coro dos Lêmures”, no qual, segundo palavras dele próprio, ele usou “deliberadamente de uma dicção cabralina, haurida no auto *Vida e Morte Severina*” (p. 191):

LÊMURE (solo):
Quem fez esta casa, espaço mesquinho,
A golpes de pá e escavadeira?

LÊMURES (coro):
Hóspede negro, vestido de linho,
Estás muito bem nesta casa estreita.

LÊMURE (solo):
Ninguém pôs a mesa na sala fria,
Nenhuma cadeira na sala magra.

LÊMURES (coro):
Mobília emprestada, venceu a dívida.
Chegam os credores, quem é que paga? (CAMPOS, H. de, 1981, p.192)

Embora os recursos métricos e de rima sejam diferentes daqueles empregados por João Cabral de Melo Neto, percebe-se “o efeito de ‘toada’”, que, sem sombra de dúvidas, é um momento de rememoração do auto cabralino. Por outro lado, essa abertura dialógica estava prenunciada no próprio original, que ecoa a canção dos coveiros no Ato V, de *Hamlet*. Portanto, a tradução, como praticada por Haroldo de Campos, encena a sua origem e revela a sua ética.

A prática da tradução por parte de Haroldo de Campos enquadra-se em um projeto estético bastante definido, que, entre outras coisas, mas principalmente, introduziu no panorama literário brasileiro uma nova forma de poetas – a poesia concreta. Esse projeto, desenvolvido em parceria com Augusto de Campos e Décio Pignatari, se não criou um novo cânone poético, pelo menos serviu à finalidade de abalar o cânone vigente, tendo introduzido renovações através de sons e formas que se faziam novos em outras esferas artísticas.

Por outro lado, a percepção do sentido ético que orientou a prática da tradução durante as primeiras décadas da ditadura militar brasileira permite que se conclua que um projeto tradutório pode, de fato, servir para a manutenção não apenas do cânone literário vigente, como também de certa ideologia política. O caso de Rachel de Queiroz, fundado em uma ética da igualdade, é bastante elucidativo a esse respeito.

Em 1962, os Estados Unidos da América já tinham injetado vultosas quantias em solo brasileiro com a finalidade de deterem o que consideravam ser o avanço do comunismo. Foi nesse ano que dois institutos criados no governo de Juscelino Kubitschek, o Ipês (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) se uniram no que ficou conhecido como Complexo Ipês-IBAD para, entre outras coisas, controlarem a produção cultural no país no período pré-ditadura militar e pós-golpe militar.

Segundo documento datado de maio de 1962 e assinado por um dos membros de Ipês, o Grupo de Publicações/Editorial (GPE) desse instituto, que existia sob a orientação do general Golbery do Couto e Silva e a supervisão do escritor José Rubem Fonseca, deveria ter os seguintes objetivos:

Em primeiro lugar [...] ‘plantar’ nos jornais e revistas do país artigos que tratassem de temas de atualidade em linguagem acessível ao grande público [...] O segundo consistiria na publicação de folhetos [...] para divulgação farta junto a estudantes, militares, operários e empregados de escritório em geral. O último ponto diz respeito à conveniência de se promover a publicação de bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia tanto sob aspectos econômico e social (TORRES citado por DREIFUSS, 1981).

A prática tradutória de Rachel de Queiroz durante as décadas de 60 e 70 do século XX contribuiu para essa finalidade. Nesse período, ela, que havia sido uma militante comunista atuante na década de 30, tendo ajudado a fundar o partido comunista no nordeste, se juntou a vários amigos na campanha anticomunista que desestabilizou o governo de João Goulart e conduziu ao golpe militar de 1964. Embora negue uma participação ativa na campanha político-ideológica que foi montada para derrubar o então presidente, há várias evidências que atestam a militância de Rachel de Queiroz, através, inclusive, da publicação de crônicas que divulgavam o ideal capitalista e abalavam a imagem das reformas pretendidas por Jango.

No livro de memórias que publicou juntamente com sua irmã, a própria Rachel de Queiroz reconheceu que:

...o que fazíamos era conspiração mesmo: saber onde estava a tropa, o que tinha havido, se o coronel fulano de tal tinha se manifestado [...] era conversa de conspiração no duro. Naturalmente que comigo eles não se abriam ou se aprofundavam muito. Eles me usavam como jornalista, eu opinava muito e era muito lida. Mas os trâmites secretos da conspiração eu não me metia a saber. Mesmo porque não eram da minha alçada. [...]. Nunca se chegava aos detalhes militares. Mas o lado político, de pregação, de jornalismo de combate, de artigos de encomenda, de nos trazerem assunto para a gente falar, isso era o nosso trabalho (QUEIROZ, 1998: 204).

Durante as décadas de 60 e 70, Rachel de Queiroz traduziu oito livros para três editoras diferentes: a José Olympio, a Delta e a Ediouro. Através de análises de *Minha Vida*, autobiografia de Charles Chaplin, da José Olympio; de *Os Carolinos: Crônicas de Carlos XII*, de Vernon von Heidenstam, da Delta, e de *O Lobo do Mar*, de Jack London, da Ediouro, pode-se concluir que tais obras não apenas se enquadram na categoria de entretenimento, como também veiculam, sub-repticiamente, padrões de comportamento e ideológicos que interessavam aos articulados e sustentadores do golpe de 64. *Minha Vida*, publicado em 1965, exaltava a prosperidade da nação norte-americana e a perspectiva de sucesso contemplada por seus imigrantes, ao mesmo tempo em que apontava para o fracasso a que estariam fadados aqueles que cedessem às investidas comunistas. *Os Carolinos: Crônicas de Carlos XII*, publicado em 1963, fazia pregações contra a nação russa, principalmente o seu ateísmo; enquanto *O Lobo do Mar*, de 1972, exaltava a visão de que o caráter de uma pessoa e, por analogia, de um povo só se molda através de um período de submissão a um regime rigoroso, de severas regras de conduta, após o qual a recompensa é o sucesso, o bem-estar.

A tradução desses livros, cujos temas reiteravam a ideologia que conduziu ao golpe e o sustentou, pautou-se, portanto, por uma ética da igualdade, na qual os leitores encontravam reverberações de posturas políticas que ouviam de seus dirigentes e eram amplamente divulgadas por todos e quaisquer meios de comunicação em operação no país. Nesse sentido, vale lembrar o livro de Denise Assis, *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe* (2001), no qual, entre outras coisas, ela nos lembra dos tempos em que todas as salas de exibição do país projetavam, antes de todo e qualquer filme, cenas que exaltavam o crescimento acelerado do país e as conquistas futebolísticas do escrete tricampeão sob a égide do regime militar.

Faço um recorte, nesse momento, na prática tradutória de Monteiro Lobato. Estudos realizados em torno de duas traduções de romances de Ernest Hemingway, *A Farewell to Arms* e *For Whom the Bell Tolls*, permitem que se comprove o quanto a sua atuação como tradutor foi coerente com as posturas ideológicas pelas quais ele orientou sua trajetória no cenário cultural brasileiro e com o seu discurso tradutório.

Além de ter sido escritor de destaque em nosso contexto, inaugurando uma vertente importante no cenário literário brasileiro – a da literatura infantil, Monteiro Lobato teve participação ativa no cenário político e editorial nacional. Em termos políticos, ele foi descrito por Zilda Vasconcellos (1982) como:

... alguém rebelde contra a estrutura oligárquica do poder vigente; nacionalista; cada vez mais preocupado com a miséria do povo e consciente de que a propriedade das elites dela dependia; adversário de idéias, crenças, valores – principalmente os da educação católica – que favorecessem a manutenção do *status quo*; vago defensor, em teoria, de idéias socializantes contra o obscurantismo autoritário do poder (p. 35).

A sua atuação empresarial, como dono de casas editoriais, norteou-se pela tentativa de estabelecer no Brasil uma indústria forte, capaz de sustentar as produções de autores locais e aberta a correntes da literatura mundial que se manifestavam em línguas outras além da espanhola e da francesa. Ele próprio se vangloriou de ter arejado os cérebros dos leitores brasileiros ao editar autores como Púchkin, Robert Louis Stevenson, Joseph Conrad e Bernard Shaw, dizendo: “A surpresa do indígena foi enorme. Sério? Seria possível que houvesse no mundo escritores maiores do que

Esdrich e Dumas? Que fora da França e da Espanha houvesse salvação?” (LOBATO, 1999, p. 157).

Um levantamento em torno de dados fornecidos pela Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, feito por Denise Mendes (2002), mostra que 67% dos livros traduzidos por Monteiro Lobato foram provenientes da língua inglesa. Tal fato nos permite afirmar ter sido ele um agente decisivo para a mudança de língua cultura no Brasil do francês para o inglês.

Dessa forma, ao trazer para o cenário brasileiro a literatura produzida em outras línguas que não as consideradas canônicas no contexto brasileiro de então, Monteiro Lobato pautou-se por uma ética da diferença. No entanto, os procedimentos tradutórios por ele adotados, como comprovam as análises das traduções dos livros citados anteriormente, que receberam os títulos de *Adeus às Armas* e *Por quem os Sinos Dobram*, apontam para uma ética da igualdade.

Segundo palavras do próprio Lobato, “a tradução tem que ser um transplante. O tradutor há que compreender a fundo a obra e o autor, e reescrevê-la em português, como quem ouve uma história e depois a conta com suas palavras. Ora, isto exige que o tradutor seja também escritor, e escritor decente” (1999, p. 158). Assim sendo, as suas traduções foram domesticantes, ou seja, elas foram escritas de maneira fluente, de tal forma que os leitores daquele momento certamente puderam associar o estilo literário de Ernest Hemingway àquele de Monteiro Lobato, a quem já conheciam como escritor de *Urupês* e *Cidades Mortas*, por exemplo. O espaço da tradução, portanto, serviu a Monteiro Lobato como um exercício da sua própria prática de escrita. Entre muitos exemplos possíveis, que demonstram a preferência pela domesticação lingüística e o conseqüente apagamento do estilo do autor do original, cito o seguinte:

Trecho de A <i>Farewell to Arms</i>, de Ernest Hemingway	Trecho de <i>Adeus às Armas</i>, em tradução de Monteiro Lobato	Sugestão de tradução
There were mists over the river and clouds on the mountain (p. 4).	Das voltas do rio elevava-se um nevoeiro; a montanha distante se tocava de nuvens (p. 11).	Havia névoas sobre o rio e nuvens na montanha.

Os exemplos a seguir mostram que Lobato, em alguns momentos, se valeu do espaço da tradução para marcar a sua postura política em relação ao estado de coisas que operava sobre o seu lócus de enunciação:

Trecho de A <i>Farewell to Arms</i>, de Ernest Hemingway	Trecho de <i>Adeus às Armas</i>, em tradução de Monteiro Lobato
... how we did not do the things we wanted to do... (p. 13).	... às vezes queremos fazer uma coisa e tudo conspira para que não a façamos... (p. 19).

Trecho de <i>For Whom the Bell Tolls</i>, de Ernest Hemingway	Trecho de <i>Por Quem os Sinos Dobram</i>, em tradução de Monteiro Lobato
There are other things. You know	Há outras coisas. Você sabe como

how those people are. It is not necessary to go into all of it. Always there is something. Always some one will interfere. So now be sure you understand (p. 5).	essa gente é. Não preciso dizer. Acontece sempre alguma coisa, Há sempre <i>alguém</i> que interfere. Procure compreender (p. 5).
--	---

Além das ocorrências exemplificadas acima, Lobato se valeu de outros procedimentos que comprovam o quanto o mesmo, lingüisticamente falando, pautou o seu trabalho por uma ética da igualdade. Em sua dissertação de mestrado, por mim orientada, Giovana Campos (2004), discorrendo sobre a tradução lobatiana de *For Whom the Bell Tolls*, declarou que “a domesticação operou não somente nas escolhas lexicais, na modificação da pontuação e da ordem das palavras, mas também na supressão de informações. No capítulo 13, por exemplo, Lobato eliminou todo um parágrafo que se referia à continuação de uma cena na qual Robert Jordan e Maria faziam amor” (p. 160). Além disso, também na avaliação de Campos, as formas arcaicas pelas quais os personagens de língua espanhola se comunicam em inglês foram neutralizadas na tradução de Lobato.

Uma avaliação da prática tradutória de Lobato permite-me dizer, juntamente com Campos, na pesquisa mencionada, que suas posturas:

... revelam um projeto de tradução ético, resultado de uma reflexão intensa sobre o papel do tradutor dentro do cenário literário de um país, reflexão essa que foi exposta em cartas e artigos. Embora o procedimento de domesticação possa ser visto como uma conduta que torna o tradutor invisível e, por essa razão, como uma postura questionável quando levamos em consideração o estágio atual de desenvolvimento do pensamento tradutório, não podemos perder de vista que as traduções de Lobato [...] foram modeladas pelas necessidades do Brasil da década de quarenta, tendo, portanto, servido aos objetivos daquele contexto (p.164-165).

A avaliação da prática tradutória de importantes escritores brasileiros permite que se conclua que, de fato, o tradutor é agente importante no contexto cultural da comunidade em que se insere, de tal forma que, através do projeto por construído – individual ou coletivamente – ele pode contribuir para a manutenção ou a alteração da identidade cultural desse contexto, pautando sua prática em uma ética da igualdade ou da diferença. Esse último tipo de ética é exatamente aquele que é advogado pelos estudiosos da tradução contemporâneos, entre os quais se incluem Antoine Berman e Lawrence Venuti, e que, no escopo desse trabalho, foi apresentado como tendo sido praticada por Haroldo de Campos, tanto ao escolher a literatura e os autores que traduziu quanto na aplicação de procedimentos tradutórios literais, de busca de fidelidade à letra, à forma, à palavra. Monteiro Lobato, no que diz respeito às escolhas de literaturas e autores que traduziu, também construiu uma ética da diferença. No entanto, os recursos lingüísticos de que se valeu, coerentemente com aquilo que pregou em cartas e artigos, o conduziram a uma ética da igualdade. Por outro lado, a atuação tradutória de Rachel de Queiroz nas décadas de 60 e 70 do século XX aponta para a tradução como poderosa fonte de intervenção político-ideológica e faz-nos indagar a respeito da possibilidade de existência de um sentido ético em uma prática da tradução que se escamoteia no silêncio, não se deixando revelar nem na própria cena da escritura

e nem tampouco em prefácios e notas, espaços que se encontram mais facilmente franqueados a escritores de renome que se dedicam à prática tradutória do que aos demais tradutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica – Herder, Goethe, Schlegel, Novalis Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin*. Trad. Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EDUSC, 2002.

BERMAN, Antoine. *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Gallimard, 1995.

CAMPOS, Giovana Cordeiro. *For Whom the Bell Tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*. 2004. 190 p. Dissertação (Mestrado em Letras – Teoria da Literatura) - Instituto de Ciências Humanas e de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CAMPOS, Haroldo de. Transluciferação mefistofáutica. In: ---. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 179-209.

CHAPLIN, Charles. *Minha vida*. Trad. Rachel de Queiroz, Magalhães Júnior e Genolino Amado. 10ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.

DIAS, Erika Paula Faria. *As traduções de Rachel de Queiroz nas décadas de 60 e 70 do século XX*. Juiz de Fora: Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFJF, 2002. (Monografia de conclusão do Bacharelado em Letras-ênfase em Tradução/Inglês).

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes. 1981.

HEIDNSTAM, Verner von. *Os carolinos: crônica de Carlos XII*. Trad. Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Delta, 1963.

HEMINGWAY, Ernest. *A farewell to arms*. New York: Charles Scribner's Sons, 1969.

HEMINGWAY, Ernest. *Adeus às armas*. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

HEMINGWAY, Ernest. *For whom the bell tolls*. New York: Scribner Paperback Fiction, 1997.

HEMINGWAY, Ernest. *Por quem os sinos dobram*. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LOBATO, Monteiro. Traduções. In: AMORIM, Sônia Maria de. *Em busca de um tempo perdido* – edições de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: EDUSP, 1999. p. 157-160.

LONDON, Jack. *O lobo do mar*. Trad. Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

MENDES, Denise Rezende. *Monteiro Lobato, o tradutor*. Juiz de Fora: Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFJF, 2002. (Monografia de conclusão do Bacharelado em Letras-Ênfase em Tradução/Inglês).

QUEIROZ, Rachel de, QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos Anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: ---. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

VASCONCELLOS, Zilda. O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato. *Cadernos da PUC-RJ: sobre Monteiro Lobato*. Série Letras. Rio de Janeiro, p. 31-69, out. 1982.

VENUTI, Lawrence. A formação de identidades culturais. In: ---. *Escândalos da tradução*. Trad. Laureano Pelegrin et al.. Bauru: EDUSC, 2002. p. 129-167.